

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO**

Camila Ribeiro de Souza

**PORTAL DA JUVENTUDE
UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

**Bauru
2015**

Camila Ribeiro de Souza

Portal da Juventude
Um estudo de caso sobre comunicação pública

Projeto Experimental apresentado por Camila Ribeiro de Souza, sob orientação da Prof^a. Dr^a Roseane Andrelo ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru, atendendo à Resolução 002/84, do Conselho Federal de Educação, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social: Relações Públicas.

Bauru
2015

Camila Ribeiro de Souza

Portal da Juventude
Um estudo de caso sobre comunicação pública

Orientação

*Prof^ª. Dr^ª Roseane Andrelo
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita
Filho” (Campus Bauru)*

Banca Examinadora

*Prof^ª Dr^ª Raquel Cabral
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita
Filho” (Campus Bauru)*

*Prof^ª Dr^ª Tamara Guaraldo
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita
Filho” (Campus Bauru)*

Bauru
2015

Dedicatória

Dedico à sociedade, que me forçou a isso. À minha mãe, que acreditou que eu seria alguém.

Agradecimentos

Agradeço à mesma sociedade. À minha mãe.

*“Deixe-me ir preciso andar
Vou por aí a procurar,
Rir pra não chorar.
Se alguém por mim perguntar
Diga que eu só vou voltar
Depois que me encontrar.”*

(Cartola)

RESUMO

Este trabalho procurou apresentar os meandros da comunicação pública na plataforma digital “Portal da Juventude” e seus resultados através de um breve olhar sobre o almanaque do Participatório (Observatório Participativo da Juventude), um dos projetos do portal que visa alcançar e engajar a juventude brasileira em questões de cunho político e social. Observando também o papel que o profissional de Relações Públicas pode exercer na questão através de um estudo teórico que englobou desde a situação democrática brasileira até o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Relações Públicas, Portal da Juventude, Participatório, Democracia.

ABSTRACT

This study aimed to present the intricacies of public communication in the digital platform "Portal of Youth" and its results through a brief look at the Participatory almanac (Observatory Participatory Youth), a project that aims to reach and engage Brazilian youth on issues of political and social nature . Noting also the role that the professional of public relations can play in the matter through a theoretical study that covered since the Brazilian democratic situation to rights and duties of the population.

Keywords: Public Communication, Public Relations, Portal of Youth, Participatory Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução da Homepage do Portal da juventude. Em: juventude.gov.br.....	39
Figura 2 - Reprodução da página de cadastro do Portal da Juventude. Em: juventude.gov.br.....	40
Figura 3 - Reprodução do link Fale com a presidenta. Em: brasil.gov.br	41
Figura 4 - Reprodução das abas acessibilidade, alto contraste, mapa do site etc...Disponível em: portaldajuventude.gov.br.....	42
Figura 5 - Reprodução da site Portal da Juventude com alto constraste. Disponível em: portaldajuventude.gov.br	42
Figura 6 - Reprodução da aba Participatório. em: juventude.org.br	45
Figura 7 - Reprodução capa almanaque do Participatório. Em: PDF.....	46

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DEMOCRACIA, INFORMAÇÃO E CIDADANIA	13
2.1 A instituição da democracia no Brasil.....	14
2.2 O acesso à informação	18
2.3 O exercício da cidadania.....	23
3. COMUNICAÇÃO PÚBLICAS E RELAÇÕES PÚBLICAS	26
3.1 A IMPORTÂNCIA DA INTERNET	35
4. ESTUDO DE CASO – O PORTAL DA JUVENTUDE	38
4.1 O participatório.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade é perceptível o abismo que separa população civil das entidades governantes, essa separação é bastante prejudicial para a sociedade como um todo, pois a falta de dialogo ocasiona o abandono dos desejos do povo participar da tomada de decisões pertinentes ao seu próprio bem estar.

O mundo se encontra num momento de imensas mudanças tanto na tecnologia, quanto no âmbito social e cultural o impacto de novas descobertas e invenções é incomensurável. É visível uma grande alteração nos paradigmas e é preciso existir um pacto de aliança entre governo e sociedade nesse novo contexto.

As antigas formas de comunicação unidirecional utilizadas nas democracias do mundo não satisfazem mais. No Brasil cada vez mais a população tenta fazer sua voz ser ouvida e os governantes, recentemente, tem começado a querer ouvir essas vozes.

É através da comunicação que é possível construir um dialogo verdadeiramente pautado em uma relação de confiança e parceria mútua, onde governo e sociedade civil trabalham em conjunto em prol de uma vivência mais harmoniosa e onde o bem estar da população é colocado em primeiro lugar.

Para que tal coisa se torne realidade é necessário construir fortes políticas de comunicação pública de dimensão nacional, ou seja, que o alcance de tais políticas permeie todos os setores da comunidade nacional.

Através de estratégias comunicacionais, com o amparo da rede mundial de computadores é possível analisar e compreender a inserção e a importância do profissional de Relações Públicas nestes papéis. Pois como profissão solidamente fundamentada na área comunicacional, as relações públicas tem amparo teórico e prático para serem mais do que úteis na construção desse processo comunicacional.

Por meio do estudo teórico dos conceitos de democracia, informação, cidadania, comunicação pública, relações públicas é possível delinear, dentro de políticas brasileiras atuais, a tentativa de fornecer a sociedade a abertura tão necessária para sua participação efetiva.

Portanto, considerando a conexão entre população, internet, governo e interesses de cunho político e social é plausível dizer que a rede se torna um novo componente útil e eficaz na tentativa de criar novas plataformas de engajamento, participação e pesquisa na luta por uma sociedade mais engajada e ativa nas questões governamentais.

Frente a essa discussão, o presente trabalho tem como objetivo lançar uma nova luz sobre a importância da comunicação pública na construção de uma sociedade mais engajada e participativa, mostrar a relevância do interesse governamental nesse processo e fomentar a discussão entre comunicólogos sobre seu papel nessas questões. Para isso foi realizado um estudo de caso que abarca o conteúdo presente no site analisado e o espírito teórico do assunto como um todo.

2. DEMOCRACIA, INFORMAÇÃO E CIDADANIA

2.1 A instituição da democracia no Brasil

*A democracia é o governo do povo, pelo povo e
para o povo.*

(Abraham Lincoln)

A construção da sociedade dá-se, de certo modo, de maneira orgânica onde naturalmente os anseios populares e o direcionamento político se convergem ou colidem, dependendo do sistema político e administrativo que é utilizado, mas, de qualquer forma, é o erigir de uma estrutura onde deveria existir uma troca entre governo e sociedade.

É na formação desse panorama geral onde os seres humanos interagem que é possível estabelecer as relações cooperativas e competitivas que constituem uma sociedade e, em igual medida, uma ordem econômica.

Porém, para que essa troca possa existir é necessário que esteja firmemente alicerçada em princípios sólidos, de viés democrático, com uma forte política governamental de transparência de modo que a tomada de decisões seja às claras, praticada pelo governo visando à prestação de contas, o estímulo do engajamento da sociedade na participação ativa da vida política, econômica, social e cultural.

Um meio social onde o exercício da liberdade individual, permeada por leis e regras justas, possa ser amplo e irrestrito. Um meio no qual a população seja parte funcional dessa equação política, seja também governante em vez de apenas governada.

Ou seja, o governo não deve ser feito somente para as pessoas, mas pelas pessoas. O cidadão comum precisa tomar em suas mãos seu direito e dever de participar na confecção das políticas nacionais. As aspirações populares devem permear e estar entranhadas intrinsecamente à tomada de decisões e a qualquer aspecto das políticas públicas

Para ter uma palavra nos assuntos de democracia, os cidadãos precisam de acesso para as mais amplas informações possíveis, não apenas mensagens mediadas ou manchetes de decisões políticas. As pessoas precisam de acesso aos recursos que permitirão que estes formem suas próprias opiniões. (MATTOS apud OCDE, 2013)

Um ambiente democrático é o que fornece o solo mais fértil para o desenvolvimento da integração popular as questões políticas de uma nação. É na existência da democracia que é possível criar as fundações de um espaço público, portanto o ambiente onde se ocorre a coalizão popular deve ser livre, só assim será uma realidade a existência de uma sociedade civil participativa e ativa.

Contudo, a sociedade brasileira carrega ainda como herança a desconfiança e as marcas profundas da opressão derivadas dos anos sob o domínio militar. Como explicita Reis (2012) “O poder econômico e o poder político são importantes condicionantes da democracia e, no caso brasileiro, do próprio „direito a ter direitos“.” A falta de confiança em relação ao Estado foi se auto gerando através das décadas, principalmente pela falta ou omissão dos governos em priorizar a “boa gestão” como instrumento de alcance dos objetivos do próprio governo.

O desinteresse quase generalizado do povo brasileiro em relação às questões públicas, o estreitamento das liberdades civis e políticas é também resquício dessa época, embora certa apatia cultural em relação à temática, por conta do histórico colonial, seja perceptível. “Se ocorrer a perda do espaço público e o fim da palavra e da ação, então o caminho estará aberto ao totalitarismo.” (MIOTO, 2004, p. 103)

A história da democracia é bastante recente no Brasil, se inicia com o término da ditadura militar no final dos anos 80 onde começou, de forma lenta e cuidadosa, certa abertura no diálogo com a população, de maneira unilateral, é claro, mas procurando impactar, envolver e acender a opinião pública.

Durante o regime militar a censura à comunicação era o *modus operandi* atrelada a um pesado marketing político de viés ufanista, com a criação da AERP (Assessoria especial de Relações Públicas) onde lemas como: “Brasil, ame-o ou deixe-o” e o amor ao futebol eram necessários para se alimentar o orgulho nacional e a complacência do povo. Entretanto, já na segunda metade do governo militar, após 1974 e no governo do general Geisel, a AERP foi substituída pela Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, focando num modelo mais jornalístico, encerrando o ciclo de comunicação ufanista e suspendendo-se a censura aos jornais em 1975. (TORQUATO, 2003).

Ou seja, a intenção era atrelar a população aos ideais propagados pelo regime com intuito de fortalecer o governo ilegítimo e a manipulação da informação era parte importante disso. Não existia o menor compromisso em se informar, esclarecer a população ou instigar no cidadão comum o desejo de fazer parte e ser relevante nas tomadas de decisão; a comunicação era puramente unidirecional e enfatizava um patriotismo cego e calado, “... uma nova consciência de brasilidade orientada para as metas de segurança e desenvolvimento.” (MATOS, 2008, p. 174).

Com o fim da ditadura, já na gestão de Fernando Collor continuou-se, basicamente, na mesma linha, dando grande destaque a figura do presidente, retratando-o como jovem, atlético, arrojado, pois o governo, antes de se preocupar com a divulgação de diretrizes governamentais, se empenhava mais em seu próprio marketing político, e pessoal, de acordo com Torquato (2003), Collor fez uso do marketing político de forma equivocada. Matos (1999) relata que as técnicas de marketing político tornaram-se predominantes no governo de Collor, diminuindo levemente na administração do seu sucessor, Itamar Franco, uma vez que as campanhas veiculadas no período exaltavam o país que, embora moderno,

precisava da “união de todos” para recuperação dos valores tradicionais da cultura nacional.

Com Fernando Henrique Cardoso a estratégia do marketing político continua em voga, sem grande abertura e envolvimento significativo da sociedade apoiando-se no sucesso alcançado no governo anterior devido ao plano real.

Para Azevedo (2007), a comunicação política do primeiro mandato de Lula foi marcada pela força comunicativa do próprio presidente, o carisma e estilo popular deram prioridade à comunicação direta em discursos com grande eficácia. Portanto é no governo Lula que a participação pública se torna parte importante na governança, um presidente saído direto das camadas populares, trazendo a importância da inclusão social e a presença de minorias na construção da nação e no debate sobre questões como: meio ambiente, educação, saúde, ciência, tecnologia, ou seja, toda questão que fosse relevante para a população civil.

Numa continuação, o governo da presidenta Dilma segue a mesma linha de comunicação governamental de seu antecessor, embora seu governo tenha sido marcado por grandes escândalos de corrupção.

Nunca mais no Brasil nós vamos ver pessoas, ao manifestarem sua opinião, seja contra quem quer que seja, inclusive a Presidência da República, sofrerem quaisquer consequências (...) valeu a pena lutar pela liberdade. Valeu a pena lutar pela democracia. Este país está mais forte que nunca.

(Roussef. UOL. 2015)

Assim como o de Lula, suas estratégias comunicacionais já são mais direcionadas a participação popular, estimulando e incentivando a inclusão do cidadão como participante efetivo da transformação social através de conferências municipais, estaduais e nacionais, do voto e de movimentos populares, mesmo contra o governo. De tal forma que entra nos meandros da comunicação pública que será abordada no capítulo três.

O envolvimento da população civil no processo político e administrativo só pode trazer benefícios, pois ao ocorrer à integração entre governo, Estado e sociedade é possível existir um senso de coletividade e comum existência onde o objetivo maior é o bem estar da nação como um todo.

Criar e alimentar o espírito de coletividade demonstrando ao cidadão comum que sua voz pode ser ouvida, que seus anseios são importantes e que ele está sendo bem representado faz parte de uma boa governança e de um bom governo onde a preocupação primordial é saúde do sistema e do eleitorado.

Ou seja, o governo não deve infantilizar seu eleitorado, olhar a população como massa de manobra que está sob sua tutela. Não pode nutrir uma situação de indiferença da população, pois, eventualmente, isso pode levar ao desmoronamento do sistema o que não é benéfico ou produtivo para ninguém.

O governo precisa trabalhar em comunhão com a sociedade, num sistema de parceria onde todos podem ser ouvidos, tem deveres e responsabilidades e interesse em fazer parte dos sistema administrativo, pois afinal de contas é a população de um país o que realmente importa e seu bem estar.

2.2 O acesso à informação

“A ignorância é a maior enfermidade do gênero humano.”

(Marcus Cícero)

Entretanto para que a participação ativa do povo aconteça é necessário existir o exercício um fluxo de informação coerente, claro e abundante para que o cidadão seja capaz de envolver-se conscienciosamente nas atividades relativas a políticas que o concernem.

Studart (2009, p.117) explicita essa questão quando diz: “A regra geral, mandamento da cidadania, é a informação pertencer a todos, pois é bem vital da sociedade, sendo o cidadão o autêntico titular do direito da informação.” Mas, para

que a cidadania possa existir é absolutamente necessário o acesso ao conhecimento e o interesse da população em relação às problemáticas inerentes as grandes cidades e nações como um todo e com a instituição da democracia se abre a porta do dialogo entre Estado e sociedade. Gunter Axt sumariza bem a questão da importância do conhecimento e acesso a informação ao dizer: “Séculos de um sistema educacional precário inviabilizam o conhecimento das regras do jogo democrático pelos cidadãos.”¹

É preciso criar, alimentar e instigar no povo o desejo, a necessidade e uma consciência de dever em relação a participação em questões do âmbito político e isso se dá através de oferta livre e transparente de informação relevante.

Os agentes políticos, ao promoverem a qualificação da comunicação, possibilitam uma gestão pública aberta e transparente, atendendo as demandas e interesses coletivos. Para afirmação contemporânea da democracia, a propagação de informações com contexto e profundidade adequados se mostra imprescindível.
(LIBERATO E ROTHBERG, 2011,p.233)

Na bilateralidade do fluxo informacional é que se constrói verdadeiramente a cidadania de uma população, se solidifica a democracia e se coloca em prática mudanças realmente benéficas a longo e em curto prazo.

Nos últimos 15 anos houve um crescimento no interesse do Estado em se comunicar com a população e, embora a maior fonte de participação da sociedade em assuntos de viés político ainda seja através do voto, existe cada vez mais um interesse em se informar e fazer-se ouvir.

A qualidade dessa informação e a sua procedência são também fatores de grande relevância no erigir do repertório das pessoas, pois quanto mais correta a informação mais verdadeiramente bem informado pode se considerar o cidadão.

É importante ressaltar que com o advento da internet ocorreu uma democratização da informação, ou seja, um maior número de pessoas tem acesso

¹<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/democracia-no-brasil-um-breve-historico/>

a dados importantes referentes à tomada de decisões, a gestão e a governança. O que amplia o alcance do relacionamento entre Estado e população.

De acordo com Bezerra:

...abre(m) possibilidades diversas para a participação dos atores políticos no fluxo de informação, complementando o que já é ofertado pela mídia comercial. Ainda, podem ser usadas como ferramentas para potencializar a criação de mecanismos de interação entre Estado/sociedade, governo/cidadãos, representantes/representados. (Bezerra, 2008, p.429).

A busca de informação ainda é uma ideia nova, recém semeada, da qual ainda não se podem colher os frutos, pois deve ser mais difundida e praticada de modo mais permanente até que se torne rotineira, mais do que um direito, um dever do cidadão comum.

“Para que um governo possa efetivamente engajar os cidadãos, ele deve reconhecer o acesso à informação como condição básica; a consulta como central da formulação das políticas e a participação pública como uma relação baseada em parceria.” (MATTOS apud OCDE, 2003, p.14).

Afinal política deveria ser algo popular, no sentido da palavra de uma coisa comum entre a sociedade, do interesse e alçada de todos os cidadãos, algo com que as pessoas se importassem e de que gostassem, com a qual a população se identificasse e compreendesse. Consta na constituição brasileira desde 2011, quando foi promulgada a lei de acesso a informação, que:

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins

lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.²

É uma prática de boa governança fornecer meios à população de se manter a par do que ocorre dentro de sua cidade, estado e país. Agrega valor ao sentimento de pertencimento que o povo deve ter em relação a nação, pois se não existe identificação e conhecimento como seria possível exigir que as pessoas se importassem?

Governos democráticos devem se pautar na necessidade imperativa de atingir a população e desta feita serem capazes de auferir e atender demandas, responder perguntas, ouvir queixas e conseguir ter um relacionamento mais aberto com a sociedade civil, ou seja, serem capazes de gerir da melhor forma possível o interesse público.

O fomento à divulgação de informação e a participação da sociedade civil é algo que só ajudaria a fortificar a jovem democracia brasileira, não só um dever do Estado como uma estratégia bem posicionada de boa governança. Sem contar que a existência de um vínculo sólido entre sociedade civil e Estado só pode beneficiar a nação.

O acesso à informação de qualidade atua positivamente na proteção e no desenvolvimento de toda a coletividade, contribuindo para a realização de outros direitos. Princípio básico do controle social, o direito fundamental à informação permite que o povo exerça algum controle sobre a ação da Administração. (OLIVEIRA, 2015)

Um dos direitos mais básicos e essenciais do cidadão é o direito a informação, pois sem ela é impossível tomar-se uma atitude de forma ponderada e que realmente seja condizente com a situação apresentada.

² Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito>>

Ao se manter a sociedade civil no escuro, não participativa, praticamente de mãos atadas e a mercê de decisões feitas por alguma instância longínqua são ferido os princípios básicos da democracia. Oliveira apud Sarlet (2015) consegue deixar explicar isso de forma bastante objetiva ao dizer, “há uma relação indissociável entre a dignidade da pessoa e os direitos fundamentais, pois estes são explicitações da dignidade”.

Em posse da informação clara, imparcial e relevante é que o cidadão é, enfim, capaz de cumprir seu dever e ter seus direitos respeitados, pois somente nessa instância é capaz de defender a si próprio e aos interesses de seu país e ter influência na administração e gestão política.

De tal feita, só então é que: devidamente equipado de vontade, disposição, autonomia e conhecimento é que se torna possível, praticável e, porque não, verdadeiramente relevante e impactante o exercício da cidadania. É, de acordo com Barcellos (2008, p. 81), a: "possibilidade de o povo exercer algum tipo de controle não jurídico sobre a ação da Administração."

Portanto, na sociedade como ela se encontra ter acesso a informação é o que diferencia o povo reativo do povo em estado latente, outorgar conhecimento sobre as políticas e diretrizes é o melhor modo de se alcançar e assim fazer valer a vontade da população.

O cidadão não deve ser meramente relevante em época de eleição e apenas como parte de uma soma de votos, parte de uma estatística fria, onde aparece somente como mais um número, sem nome e sem relevância.

Ele deve ser mais, deve querer ser mais. Mais responsável, mais participativo, mais respeitado como agente de mudança, mais consciente, mais bem informado, mais reativo, mais interessado, mais conectado ao governo e as práticas governamentais. Em suma, deve ter voz e querer ser ouvido.

Ou seja, como num tripé onde o equilíbrio só é atingido na harmonia geométrica, na sustentação de um ângulo correto esta tríade: democracia,

informação e cidadania, é o que da forma ao pilar que pode sustentar ou derrubar governos, impulsionar ou manter em estado de ativismo latente toda a população.

2.3 O exercício da cidadania

Atualmente, somos seres impotentes diante de instituições democráticas das quais não conseguimos nem chegar perto.
(José Saramago)

Com a instituição da democracia e o acesso livre, amplo e irrestrito a informação é, finalmente, possível, como dito anteriormente, que o cidadão consiga exercer sua cidadania da melhor forma, com conhecimento, prudência e liberdade. É através da participação ativa da população que se constrói e se perpetua o exercício da cidadania.

Embora alcançar a plenitude desse conceito numa sociedade pautada por desigualdades tanto econômicas, como sociais e culturais seja um desafio é nessa premissa que se estampa a necessidade imperiosa do exercício e da instituição total da cidadania.

Indo além, de acordo com o dicionário Michaelis, cidadania significa qualidade de cidadão e é exatamente isso, não apenas ser um cidadão, mas um cidadão qualificado, consciente, motivado, alguém que se informa e se preocupa e quer fazer parte da tomada de decisão na qual é decidido o rumo do país.

Existe um termo derivado da palavra italiana “qualunque”, que significa “qualquer um”, o “qualunquismo” que sumariza o desinteresse político que acomete as pessoas ou seja, a população se encontra tão indiferente a situação política que qualquer um, qualquer coisa no governo lhe serve. Esse termo funciona perfeitamente como um apanhado daquilo tudo que é o verdadeiro

oposto do conceito de cidadania, como apatia, desinteresse, desinformação, despreparo, restrição da liberdade individual e mais.

A influência, os desejos, a importância e a voz da sociedade civil é o que separa governos totalitários de governos verdadeiramente democráticos onde a civilização floresce em seus melhores aspectos. É no exercício pleno da cidadania que se constroem grandes nações e é possível dirigir-se a um futuro melhor, mais digno e igualitário onde a relação entre sociedade e governo é de benefício e interação.

O conceito de cidadania existe desde a revolução francesa, como marco da mudança do foco governamental dos reis para o povo:

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte, e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. (CAPELINI apud PINSKY, 2003)

Funcionando como meio do intermédio entre sociedade e estado, equiparando e polindo arestas de diferenças de importância entre governantes e governados, a cidadania bem exercida, por um cidadão consciencioso, funciona como um filtro que permeia a obra e o impacto da participação coletiva e popular no aparato político.

De modo mais amplo a cidadania, consiste, por fim, dos direitos civis como: liberdade, igualdade, acesso aos direitos políticos, a propriedade, direitos ao trabalho, saúde, segurança, ou seja, direito ao transcorrer de uma vida digna garantida por um Estado que existe em prol e em benefícios de seus governados.

Ela pressupõe, de acordo com um dos autores clássicos dos primeiros estudos de cidadania, (KUNSCH apud MARSHALL, 2007) “conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”); políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”); e sociais (“que vão desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, até o direito de participar plenamente da herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”)

Embora nos dias de hoje seja considerada quase que universalmente um direito inalienável ao povo, de certa forma é também um dever, pois precisa ser trabalhada de ambos os lados, em ambas as suas mãos, tanto de governo para população, como o oposto para que funcione de forma verdadeiramente eficaz.

Ora, porque se não existe interesse da população, se a apatia e o desinteresse são regra, é improvável que o seu exercício ocasione mudanças ou até mesmo existe e, por outro lado, se não existe o direito a cidadania em si, ou seja, se não há a democracia, informação e o acesso a ambas, é virtualmente impossível que haja engajamento e, por consequência, mudança.

Consequente é mais do que óbvio que estão atreladas, unidas na formação do tripé que funciona como a pedra basal da comunicação pública que é o que, por fim, no Brasil pode agir de forma eficaz como instrumento de mediação entre sociedade civil e Estado. Quando existe a abertura necessária de ambas as partes um equilíbrio virtuoso pode ser alcançado, benéfico para toda a nação.

Assim sendo a comunicação pública é o que proporciona o meio de se atingir esse ideal de dialogo igualitário e, se possível, aberto entre as partes e, inserida de forma marcante neste contexto, estão as Relações Públicas e seus profissionais que podem atuar como intermediários de todo esse processo. Dizendo de forma mais simplificada nessa área de atuação são quem e o quê

pode executar, aplicar na prática e nortear o funcionamento desse processo comunicacional tão importante na gestão pública.

3. COMUNICAÇÃO PÚBLICAS E RELAÇÕES PÚBLICAS

A comunicação deve ter o princípio da eficácia. Ela deve ser transformadora.

(Flávio Shimidt)

A área de conhecimento na qual ocorre a realização do diálogo entre governo e população é a comunicação pública. Em caráter bidirecional, sendo tanto via de receber perguntas, ideias, reclamações, dando acesso à sociedade civil, como maneira de alcance do próprio governo em si, de chegar aos cidadãos, de dar-lhes acesso e voz no ato de governar.

Jorge Duarte(p. 2) relata o modo como a comunicação pública pode funcionar:

Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo.

Brandão (2009, p.31) explica a comunicação pública como um conceito que ainda se encontra em construção, algo que pode ser visto através de uma vasta gama de significados, cujas variações podem variar dependendo do contexto em que ela é analisada ou, até mesmo país no qual está sendo

estudada. O termo “Comunicação Pública” engloba saberes e atividades diferentes e poderia ser considerada como um conceito em processo de construção.

A comunicação pública tem sua origem ligada a comunicação governamental e ao marketing político, mas independente de ser utilizada como o projeto propunha, hoje, a discussão da comunicação pública vai além da simples propaganda política, com a preocupação de fazer uma divulgação que pudesse responder às expectativas da sociedade. (BRANDÃO, 2009).

Entretanto é possível dizer que, no Brasil, a comunicação pública, se caracteriza majoritariamente como um processo comunicativo entre Estado, governo e sociedade. Isso é visível a partir do governo FHC, mas com ainda mais intensidade nos governos Lula e Dilma através de projetos como o Portal Brasil, a inauguração da Tv Brasil onde a comunicação pública ganha status e se torna uma via de acesso e exercício da cidadania.

...com esta primeira audiência pública, onde o diálogo de ministros e público foi televisionado na íntegra, sem edições, a Empresa Brasil de Comunicação EBC, criada pelo governo Lula, marcou um golaço em termos de democracia participativa. Além desnudar toda a tagarelice acerca de interatividade alardeada pelas emissoras privadas, que jamais realizaram nem planejam realizar uma audiência pública - mesmo sendo detentoras de concessões públicas para uso do espaço rádio-elétrico que pertence à União.
(ALMEIDA, 2009)

E também através do decreto de 23 de maio de 2014 que institui a Política Nacional de Participação Social: **A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, **caput**, inciso I, e no art. 17 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, **DECRETA**: Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

A comunicação pública pode ser compreendida como uma forma de gestão pública, onde seu trabalho se caracteriza pela prestação de contas do governo, também uma forma de estimular o engajamento popular na tomada de decisões e na discussão das políticas adotadas.

Basicamente é uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao alcance popular os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público. Em suma, advoga o debate público e o reconhecimento das ações promovidas nos campos de interesse da sociedade civil, tanto políticos quanto econômicos e sociais e instiga a participação popular.

Contudo, é primordial usar de cautela no uso do termo supracitado, pois não deve ser confundido na utilização com comunicação política, institucional ou governamental, pois, tais vocábulos dizem respeito ao aspecto de maior ênfase nos próprios partidos políticos, promoção de imagens, serviços e realizações do governo, normas, princípios e rotinas da comunicação do governo, ou seja, a tudo que é ligado diretamente ao governo, porém num âmbito marcadamente unidirecional, do governo para o povo apenas.

Desta feita pode-se corroborar o aspecto de via de mão dupla da comunicação pública onde é dever do estado fornecer os meios para que tal dialogo ocorra.

A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização, e mobilização dos sujeitos que consistirá em última instância, na concretização da cidadania ativa, fruto de aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva. (DUARTE, 2009, p.113)

Entretanto, como dito anteriormente, é imprescindível que a população reconheça, aceite, tome posse e tenha acesso a sua parte no processo comunicacional, pois há de se existir o interesse populacional para que tal processo se torne eficaz.

Que a sociedade civil não pode ser apenas um recipiente de conteúdo, mas sim, agente, criadora e propagadora de informação. Pois atualmente ainda é muito fraca essa participação popular, nas palavras de Jorge Duarte (p. 1):

O cidadão parece considerar os governos como algo não relacionado à sua vida e torna-se um tanto cínico com relação à política e à capacidade dos governantes de buscar o interesse público. Mais do que simples desinteresse do indivíduo em ser sujeito da ação, muitas vezes a apatia e a falta de formação política são resultado do cruzamento entre desinformação, falta de oportunidades de participação e descrédito com a gestão pública.

E onde as relações públicas podem se enquadrar nesse cenário? Recapitulando brevemente o histórico da profissão no Brasil é possível afirmar que seu surgimento se deu atrelado a uma forte necessidade da administração pública da cidade de São Paulo pela companhia "Light" (The Light and Power Co. Ltda.) em 1914, portanto desde sua implantação no Brasil, de certa forma, as Relações Públicas têm trabalhado em questões de viés público.

Tornando-se relevante durante a Era Vargas com a criação Do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) na intenção de propagar e difundir os ideais do estado novo foi se fortalecendo depois do período de estagnação que se seguiu a sua instação pioneira pela LIGHT.

Passando pelo período do regime militar, onde assessorias contratadas pelos presidentes realizavam cursos para se especializarem em comunicação norteados pelo singular propósito de manter o controle da disseminação de informações governamentais.

Foi nesse período em que profissão se perdeu um pouco e se afastou da população e, por conta de seu papel durante a ditadura, de acordo com Novelli (2009, p.501), com o retorno às discussões sobre os princípios da redemocratização, a profissão de Relações Públicas foi perdendo funções e

prestígios, uma vez que sua imagem estava vinculada a ações antiéticas, descompromissadas com a democracia e a verdade.

Os militares que atuaram em Relações Públicas na área do Governo, por terem acesso direto e privilegiado aos dirigentes de empresas, passaram a estes a idéia de que a função representaria um “poder oculto” dentro de suas organizações. E tanto se a louvou que ela viria a banalizar-se, num desgaste sem precedente para nós. (KUNSCH, 2002, p. 122)

Sendo atrelada aos interesses do período ditatorial funcionava de forma agressiva como um meio de formar e multiplicar opinião que fosse condizente aos interesses militares, uma forma de espalhar e respaldar a propaganda ideológica do regime, podendo, ou não, ser um trabalho executado por profissionais de RP.

Kunsch (1997, p. 27) relata que:

...a própria estratégia de Relações Públicas adotada a partir da gestão do General Médici virou um paradigma para todo o serviço público e se reproduziu até mesmo em algumas grandes empresas. Deriva daí a grande expansão desse mercado para os jornalistas, que passaram a ser contratados para a produção de trabalhos de nossa área. Isso levou a uma grande crise entre os profissionais de Relações Públicas.

Então, apesar de sua história longa no Brasil (comemorou 100 anos em 2014) a profissão não tem o devido reconhecimento. Tanto que nos dias de hoje, apesar de seu papel fundamental nos processos comunicacionais, grande parte das organizações considera o relações pública irrelevante para o bom funcionamento das ditas organizações ou, até mesmo, desconhecem a função.

Conforme a Associação Brasileira de Relações Públicas o seguinte conceito se adequa à profissão:

Relações Públicas é a atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos de pessoas a que esteja, direta ou indiretamente, ligada. (Art. 1º do Regulamento da Lei nº 5.377/1967)

Portanto o papel inerente da profissão e do profissional, inicialmente falando, é o exercício e a capacitação do diálogo entre as partes, a harmonização e, às vezes, até mesmo a construção do relacionamento.

Apesar de ainda ser necessário mudar paradigmas e romper os estigmas ligados a profissão, os benefícios advindos da ligação da profissão de RP a comunicação pública são inúmeros e podem beneficiar ambas as áreas.

Pois por estar inserida dentro da lógica comunicacional e dispor das ferramentas necessárias para aparar arestas e suprimir ruídos desconexos dentro do dialogo entre sociedade civil e governo pode ajudar a transformar a comunicação pública numa realidade.

Torquato explicita de forma franca o aspecto retrógrado da comunicação nos setores públicos do país e como o profissional de comunicação, no caso de relações públicas, caso venha a atuar profissionalmente nesta área tem o poder de transformar esse meio:

A comunicação é sempre um bem necessário. Na administração pública, a mentalidade é muito arcaica. Parcela significativa dos funcionários públicos do Brasil pensa de maneira ortodoxa, considera suas repartições um baú velho, e seu trabalho, uma obrigação. Estão ali, mas adormecem mental e psicologicamente no serviço, como se fossem extensões das máquinas. Não se entusiasmam e não usam a criatividade. A comunicação, portanto, padece dessa mazela, a doença da acomodação, a paralisção da máquina pública. As instituições públicas são máquinas burocráticas, freqüentemente inertes, paquidérmicas, sofrendo a comunicação com os efeitos das estruturas obsoletas. O desafio da comunicação na instituição pública é aproximar seus serviços da sociedade. (TORQUATO, 2002, p.83-84).

Cabe ao profissional através do seu trabalho, estratégias e atividades reverter a imagem negativa que se tem do exercício das relações públicas,

provando o alcance social que as ações e atividades do ofício podem e devem ter, reassegurando a sociedade seu papel como elo e transformador social.

São consideradas como atividades específicas dessa área ao destacar o papel de relações públicas “abrange(r) formas de relacionamento da instituição como usos de procedimentos, instrumentos e canais que permitem o diálogo personalizado entre um cidadão (ou um grupo restrito de cidadãos) e o agente público” (KUNSH apud WEBER 2011). Oliveira (2009, p.469) afirma também que:

As relações públicas, como atividade voltada ao equilíbrio entre interesses de organizações e de seus públicos, deparam-se com um contexto que exige seu novo posicionamento, de forma a assegurar as organizações sobre o papel social que estas devem desempenhar, no intuito de colaborar com as ações de interesse público.

Criar estratégias, propagar o conhecimento, analisar o cenário e elaborar soluções que tragam a tona o melhor aspecto da atuação do profissional. Na união da comunicação pública com as relações públicas nasce a necessidade de um canal de comunicação entre o povo e o governo em si, através do qual, com o trabalho e o intermédio do relações públicas, poderá ocorrer a promoção da cidadania, das questões sociais e onde será realizada a maior integração entre Estado e sociedade.

Oliveira (2009, p.483) continua referindo-se a temática no trecho:

Desenvolver programas de sistemas de controle, manter canal de comunicação aberto com os públicos interno e externo das organizações, mas, além disso, agir pro ativamente, estabelecendo estratégias que permitam conferir a opinião, o interesse e a satisfação da comunidade e dos públicos em geral, são funções de que o profissional de relações públicas não pode se eximir.

Portanto, é na construção do processo comunicacional onde o profissional de relações públicas deveria agir, tornando o funcionamento de tal

forma coeso e harmônico que seria possível aplicar na prática os conceitos da comunicação pública sem maiores problemáticas tornando assim a vida em sociedade mais orgânica, funcional e regida mais de acordo com os preceitos democráticos mencionados anteriormente.

Pois é com a atuação conjunta das partes, tanto governo, quanto sociedade civil, é que as idéias podem se tornar ações, visto que a governabilidade de uma sociedade passa muito pela harmonia de ideais.

NOVELLI (2009) aponta essa realidade ao afirmar que governos que instigam e alimentam o envolvimento da população na formulação e implantação de políticas públicas se tornam mais eficientes, pois já nascem com mais grau de sustentabilidade e legitimidade.

Um dos grandes desafios se encontra na tentativa de encontrar canais mais eficazes de disseminação das informações e participação da população, de modo que a participação pública se torne mais e mais um hábito do cidadão e se incorpore em sua rotina de maneira energética e espontânea. Levando o povo a ação e certa forma de controle do que ocorre e é decidido na sua comunidade, cidade, estado ou mesmo país lhe outorgando voz, conhecimento e responsabilidade.

Através de um trabalho comunicacional bem elaborado com ferramentas de maior alcance seria possível ao relações públicas realizar essa tarefa complicada, porém urgente. Pois, como dito anteriormente sua função na comunicação pública é essencial, Kunsch (2012, p. 9) assinala a posição do profissional de relações públicas na questão ao dizer:

...que abriga de modo privilegiado a prática da comunicação pública, à medida que, em razão de suas bases teóricas e de suas técnicas, lida mais diretamente com as instituições públicas, as empresas privadas e as organizações do terceiro setor, desenvolvendo ações estratégicas de relacionamento com públicos específicos ou os atores sociais envolvidos na comunicação.

Resumindo, cabe ao profissional de relações públicas executar de forma estratégica seu papel de mediador, analista e comunicador de forma que possam se dar os processos políticos e administrativos necessários. Superando de vez o antigo estigma de desonestidade e/ou de funções técnicas, como mestre de cerimônias, assessoria de imprensa e organização de eventos.

O profissional, através da comunicação pública, pode encontrar um modo de exercer de forma integral sua função social, mobilizadora e instigadora de mudanças. Um campo fértil de trabalho onde a comunicação clara, verdadeira e honesta é essencial para o bom funcionamento e fluidez dos processos de participação popular.

Nesse contexto é necessário utilizar-se de todo e qualquer meio de veiculação de informação e que outorgue ao profissional a habilidade de capazes de discutir, debater e encontrar soluções sobre as questões referentes ao alcance de assuntos de interesse coletivo.

Com isso se cria a necessidade da existência de um canal comunicacional para realização do intermédio e aplicação de medidas de alcance popular, pois “a comunicação pública deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (KUNSCH apud MATOS 2011). Muito mais pode e deve ser feito ao se infiltrar nesse âmbito de ação e é onde entra o estudo de caso deste trabalho que se pauta no site do governo “Portal da Juventude” e sobre o qual se falará futuramente.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA INTERNET

“A internet está se tornando a praça da aldeia global do futuro.”

(Bill Gates)

Antes de entrar no âmbito do estudo de caso propriamente dito é importante ressaltar o papel da internet nos últimos anos como instrumento de comunicação, meio mais democrático e dinâmico de troca de informações e de alcance de nível global de questões pertinentes a política e ao envolvimento dos cidadãos em tais questões.

Sem a existência da rede global de computadores a tarefa de conectar cidadãos e governo num país de extensão territorial tão vasta como o Brasil seria tão hercúlea que beiraria o inalcançável.

Os moldes da internet como ela existe hoje começaram a se delinear no final dos anos 80 e sua criação, como diz Lima (2009, p. 17), propiciou às mais diversas pessoas a possibilidade de entrar em contato via Internet e “apertar as mãos” no mundo inteiro. O que explica seu apelo e seu alcance entre as mais variadas classes sociais.

O crescimento da comunicação baseada na informática foi iniciado por um movimento de jovens metropolitanos cultos que veio a tona no final dos anos 80. Os atores desse movimento exploraram e construíram um espaço de encontro, de compartilhamento e de invenção coletiva. (LÉVY, 1999, pg. 125).

Na rede é o alcance é praticamente infinito, pois não existem mais barreiras de tempo, língua ou limites geográficos, todo tipo de informação pode ser encontrada e compartilhada com apenas um click, a realidade e o virtual se interconectam de forma, muitas vezes, indivisível.

LÉVY (1997, p. 21) diz que, “A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário”. Portanto a vida, a participação, o conteúdo da web é tão relevante quanto o que existe no mundo físico, as ações realizadas dentro do mundo virtual tem consequências tanto dentro quanto fora do computador. Uma prova disso foram os protestos de junho de 2014 que tiveram sua articulação dentro de comunidades virtuais e acabaram por tomar as ruas de São Paulo.

Jaz aí então a questão da importância da internet na comunicação pública e em sua utilização como plataforma de dialogo entre os públicos interessados nas questões políticas e sociais. A rede proporciona um ambiente livre, sem fronteiras e onde, ao ultrapassar os meios de comunicação de massa tradicionais (jornal, rádio e televisão), se torna um instrumento eficaz de dispersão, criação e discussão de idéias e fomentação de conhecimento.

Como mencionado anteriormente a comunicação pública, para ser eficaz, necessita do tripé (democracia, informação, cidadania) e, por fim, além disso tudo, de um meio, um instrumento, uma plataforma que torne possível o alcance entre os públicos.

Num país continental como o Brasil isso se torna primordial, pois de outra forma não seria possível existir o dialogo, pois a televisão, por exemplo, só permite transmitir informação do Estado para a população civil e não existe a troca tão importante para o exercício de uma governabilidade verdadeiramente inclusiva.

Embora existam críticas a respeito da homogeneização cultural, exclusão digital, que não seja possível negar que grande parte da população ainda carece de meios de adquirir seu próprio computador e a internet não tenha ainda alcance

total é válido frisar que no final do ano de 2009 aproximadamente 25% da população mundial realmente tinha acesso à rede, ou seja, isso representava 1,7 bilhões de pessoas o que não é pouca coisa.³

É importante, também, mencionar que instruídos pela UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES os governos foram instruídos e incentivados a realizarem consideráveis investimentos para criar locais de acesso à internet em correios, escolas e centros de saúde possibilitando na medida do possível que as populações mais carentes tivessem acesso a internet.

Portanto no atual cenário apenas a rede é capaz de fornecer um espaço eficaz onde possa existir um modo de colocar em contato o cidadão comum e o governo. Somente na internet é possível criar uma plataforma de acesso em que ocorra criação e troca de conteúdo aonde localizações geográficas e cronológicas não sejam impedimento. O engajamento, o ativismo através da internet se torna uma nova forma de se realizar a comunicação pública.

O ciberativismo é uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que, utilizando ferramentas dessa rede, gerem a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia a rua, ou modifique, de forma perceptível, o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, pg.81).

Ou seja, é através do uso da rede como plataforma para propagação da ferramenta de mediação para o dialogo sociedade/Estado que é possível alcançar e engajar um número maior de pessoas nas questões de viés público, a internet funciona claramente como um elo importante de integração e facilitação das relações entre governo e sociedade.

Com o respaldo da rede é que se torna exequível um programa de comunicação pública mais acessível e, de certa forma, eficiente e é nesse panorama e com essa finalidade que é criado, então, o Portal da Juventude.

³ Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,no-mundo-75-da-populacao-ainda-nao-tem-acesso-a-internet,556522>>

4. ESTUDO DE CASO – O PORTAL DA JUVENTUDE

“O que deve caracterizar a juventude é a modéstia, o pudor, o amor, a moderação, a dedicação, a diligência, a justiça, a educação. São estas as virtudes que devem formar o seu carácter.”

(Sócrates)

Alinhado aos temas tratados nos capítulos anteriores encontra-se o site Portal da Juventude, do governo federal, de onde será retirado o estudo de caso desse trabalho. Para tanto será abordada, de forma breve e introdutória, o histórico do site, seu objetivo e particularmente conteúdo referente as organizações da juventude onde é possível rememorar passo a passo todas as ações desde a criação do ambiente digital participativo.

Através da análise de conteúdo, consideração de dados e informações provenientes do almanaque e site será possível ter uma compreensão maior e considerar parte da extensão, alcance e relevância da comunicação pública entre esse nicho da população jovem do país. Qual seu papel e de qual forma a população jovem vem se fazendo presente dentro nas questões públicas e políticas através dessa plataforma.

A definição do portal, de acordo com o próprio site, é a seguinte:

O Portal da Juventude é a primeira plataforma temática do Governo Federal. Notícias, eventos, planos e programas da secretaria nacional da juventude dialogam com pesquisas, publicações e com conteúdos das comunidades e redes sociais. O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Juventude Viva, o Juventude Rural, o Participatório, o Estatuto da Juventude, o Estação Juventude e outras iniciativas do Governo Federal. Pesquisas, projetos, artigos, publicações sobre a construção do Plano Nacional da Juventude (PNJ) e muitas outras informações em um só local. O Portal da Juventude é o espaço para todas as pessoas interessadas em políticas de juventude interagirem e criarem comunidades, para dialogar com o Governo Federal.

Portanto o site surge realmente como uma ferramenta de comunicação pública ao proporcionar ao cidadão, particularmente a população de faixa etária

mais jovem, um ambiente virtual onde é permitido se inserir, exercer sua cidadania e fazer parte da governabilidade do país dando opiniões, idéias e contribuindo com sua própria vivência para a construção e enriquecimento do portal e da sociedade como um todo.

O portal da juventude em sua home page, como mostra a figura abaixo, compartilha inicialmente notícias de destaque sobre palestras, conferências e encontros. Seguido por um rol das notícias mais recentes sobre eventos de temática política e social voltados para jovens do país inteiro.



Figura 1 - Reprodução da Homepage do Portal da juventude. Em: juventude.gov.br

O portal é dividido em 11 categorias: segurança, educação, trabalho e renda, cultura, campo e cidade, comunicação e tecnologia, diversidade e igualdade, esporte e lazer, meio ambiente, participação social e saúde; portanto cobre todos os campos que dizem respeito e são do interesse da sociedade civil.

Para participar como produtor de conteúdo, ou opinar nas comunidades é necessário se cadastrar o que pode ser feito através da conta no facebook ou email. Em seguida é necessário informar dados como: nome, data, cidade e estados de nascimento. Por fim, antes de terminar o cadastro é possível escolher o perfil de acordo com um dos modelos:

Organização do perfil

Seu perfil será criado de acordo com o modelo selecionado. Clique nas opções para visualizá-los.

- Usuário
- Ativista
- Pesquisador(a)

Eu aceito os **termos de Uso**

Criar minha conta

Figura 2 - Reprodução da página de cadastro do Portal da Juventude. Em: juventude.gov.br

O portal da juventude tem conexão com outros portais do governo federal como o portal Brasil e portal Planalto, também possui canais no youtube, twitter, instagram e está inserido em outras redes sociais como facebook, na página do próprio portal brasil que acaba por englobar todos os portais e tem mais de 600 mil curtidas.

Em uma das abas do site existe um link que leva diretamente ao portal Brasil onde se encontram os sites de todos os ministérios, secretarias, inclusive da advocacia geral da união, banco central, controladoria e gabinete de segurança institucional; lugar em que também há um canal para se dirigir diretamente a presidenta:

Fale com a Presidenta

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PORTUGUÊS ENGLISH ESPAÑHOL FRANCAIS

Instruções

1. Preencha o formulário.
2. Clique no botão enviar (Tecla de Atalho 4).
3. Acesse sua caixa de mensagens e siga as instruções para confirmar ou cancelar sua mensagem.
4. Após a sua confirmação, a mensagem eletrônica será encaminhada à Presidenta da República.

Atenção: Antes de iniciar o processo de envio de mensagem eletrônica à Presidenta é fundamental desativar o mecanismo de segurança tipo "anti-spam".

Figura 3 - Reprodução do link Fale com a presidenta. Em: brasil.gov.br

Com isso é possível perceber que o portal da juventude foi construído de forma que pudesse suprir de maneira bastante completa a necessidade de diálogo entre governo e sociedade, proporcionando em sua homepage acesso a informações e a links em outros portais de igual importância.

Dando ao usuário oportunidade de contato com diversos setores da administração governamental, disponibilizando em apenas um local o acesso a todo tipo de informação e o alcance entre pessoas de diversas partes do país acaba por incentivar a troca de idéias e informações, empoderando a população e a recolocando no seu lugar de direito de agentes de transformação. Também propicia o fácil acesso ao portal Brasil, ao da legislação e ao de serviços do governo federal.

É importante ressaltar que na parte superior do Portal da Juventude há uma barra de acessibilidade onde se encontram atalhos de navegação padronizados, a opção para alterar o contraste e o mapa do site.



Figura 4 - Reprodução das abas acessibilidade, alto contraste, mapa do site etc...Disponível em: portaldajuventude.gov.br



Figura 5 - Reprodução da site Portal da Juventude com alto constraste. Disponível em: portaldajuventude.gov.br

Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal e possibilitam a utilização de pessoas com deficiência. Existe também a opção de navegar pelo site em inglês ou espanhol, além do português.

O Portal da Juventude apresenta inúmeras possibilidades e ferramentas trabalhadas no contexto da comunicação pública para quem deseja encontrar e compartilhar informação referente a políticas públicas e acesso aos governo, incluso nisso se encontra o participatório (Observatório Participativo da Juventude) que será aprofundado no próximo capítulo.

4.1 O participatório

“Construa, converse, delibere, mobilize, pesquise, participe dessa experiência!”
(Almanaque do Participatório)

O Observatório participativo da juventude foi uma das grandes apostas da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na gestão 2011-2014. O Participatório se insere no âmbito da elaboração da Política Nacional de Participação Social (PNPS), que potencializa a inserção da sociedade civil na elaboração e controle das políticas públicas.

O Participatório reflete o tempo em que vivemos, no qual interagir através das redes sociais na internet é algo cotidiano. É um espaço para diálogos colaborativos, qualificados, que de fato têm o poder de transformar a realidade. Como exemplo, temos as consultas públicas que realizamos, os eventos da juventude transmitidos ao vivo para todo o mundo, além do espaço de troca de conhecimento por meio de dados relevantes sobre os jovens, a partir de pesquisas realizadas pela SNJ e órgãos do governo.⁴

O ambiente foi lançado em 17 de julho de 2013, logo após as manifestações de junho, quando milhares de jovens brasileiros foram às ruas lutar por seus direitos e foi contemplado com o Prêmio A Rede em 2014 (organizada pela Bit Social, Oscip que conta com o apoio da Momento Editorial) na modalidade Setor Público, categoria Conteúdo de Interesse Público. Esse reconhecimento reforça a validade da inclusão da participação social em questões políticas e mostra como a

juventude do país pode ter uma participação política relevante e que cause impacto. Sem contar que demonstra a necessidade da comunicação pública e a prioridade que deveria ser dada ao engajamento dos cidadãos.

Toda a plataforma foi desenvolvida em software livre o que significa que seu conteúdo está aberto para ser compartilhado, acrescido de informações e download de qualquer pessoa que tenha acesso a internet e é uma das abas principais do Portal da Juventude ao lado de: Legislação, Sobre o Portal e órgãos responsáveis.

Construído com apoio, participação e parceria de diversas universidades, instituições de pesquisa, projetos sociais e coletivos como: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coletivo Puraqué, a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC), o Instituto Mídia Étnica, a Viração Educomunicação, a Agência Popular de Cultura Solano Trindade, a Juventude da Rede Afro-Ambiental, a Agência de Redes para Juventude e o Circuito Fora do Eixo, trabalhando na construção da plataforma, na escolha de pautas, na metodologia de comunicação e mobilização, aproximando ainda mais o projeto do público alvo, a sociedade.

⁴ Disponível em: juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3240/Almanaque_Participatorio.pdf



Figura 6 - Reprodução da aba do Participatório. Disponível em: juventude.org.br

De acordo com o almanaque do Participatório até o final de 2014 haviam mais de 11 mil usuários cadastrados na plataforma, 520 comunidades, 730 blogs, 790 tópicos em debate e 40 mil mensagens trocadas. Pelo pioneirismo da iniciativa são números que impressionam, pois denotam a urgência com que aparentemente parte da sociedade deseja ser inserida no contexto político brasileiro.

Nesse contexto e através do almanaque é perceptível o quanto se faz indispensável uma política que vise a construção de mecanismos e práticas que relacionem o atual momento de expansão cada vez mais acelerada dessa cultura digital entre os jovens e que sejam capazes de tornar realidade a participação política, social e cultural não só dos jovens, mas da sociedade como um todo.



Figura 7 - Reprodução da capa do almanaque do Participatório. Em: PDF.

A relação construída com a plataforma do Participatório demanda melhorias para funcionar de maneira mais concreta, eficaz e ainda mais acessível. É um projeto que não pode parar e para gestões futuras é que foi criado o almanaque contendo dados e informações sobre todo o desenvolvimento do Participatório desde sua estrutura, passando por suas parcerias, projetos e ações.

O importante é constatar que esse tipo de política, a de permitir e facilitar o acesso as questões governamentais, através do exercício da comunicação pública é imprescindível para desenvolver na população um sentido de pertencimento. O cidadão passar a ser mais do que um voto a ser somado em época de eleição, ele passa a ser agente e promotor de demandas perante o poder público. Ele se torna parte elementar da governabilidade do país e isso pode ser extremamente empoderador.

Embora seja ainda um desafio expandir esse modelo de participação popular, devido a democratização ser assunto recente no Brasil e a dificuldades logísticas e técnicas, é bastante claro que esse protótipo é atraente, principalmente aos

jovens que são mais envolvidos com tecnologia e que idealmente o Portal e o Participatório, particularmente, seriam material de consulta inclusive para o governo.

Em primeiro lugar, (a plataforma) aponta para um novo paradigma de governança onde se abre uma escuta e observatório entre as redes de juventude e principalmente entre segmentos “desorganizados” de jovens que não têm uma interface com o governo. A plataforma é uma experiência piloto de participação social que mostra essa possibilidade de intensificar o diálogo com os movimentos sociais e a sociedade, as relações interministeriais, parlamentares e com outras esferas de governo e o potencial de articulação das próprias redes entre elas.

(BENTES, pg, 33, Almanaque Participatório)

O modelo do Portal da Juventude e do Participatório possuem os três tipos de interações que caracterizam as relações políticas democráticas de participação: information, consultation e active participation, ou seja, devem conter os meios para passar a informação ao público, os mecanismos para a sociedade participar no processo de tomada de decisão e a capacidade de contribuir e influenciar a agenda política.

Em conformidade com a OCDE (2013), tais processos de integração são úteis na medida em que proporcionam aos cidadãos meios para fiscalizar o governo, implementar políticas e exercer um controle social nas redes de poder público, evitando corrupções. Desta feita vigorariam os princípios de cidadania e a ratificação para o estabelecimento de uma democracia efetiva.

Portanto, através da utilização do Portal da Juventude é possível alcançar a sociedade jovem de maneira mais abrangente fazendo assim com que os projetos, informações e ações tomadas tanto pela sociedade quanto pelo governo se tornem de conhecimento público. O que no processo de governabilidade só tem benefícios a trazer para ambas as esferas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que se mostra necessário na sociedade uma participação massiva na tomada de decisões políticas, num âmbito que abrange todos os setores de interesse público como: educação, saúde, transporte, etc. Entretanto a participação da sociedade civil no Brasil ainda é um acontecimento bastante recente, devido, principalmente, ao fato da democracia ser ainda muito jovem.

No contexto atual o engajamento coletivo muitas vezes não tem tido o alcance necessário devido desinteresse da população e falta de abertura dos governantes. Entretanto as coisas vem mudando de figura, tomando novos moldes e novos rumos, abrindo fronteiras dentro das possibilidade de ação popular.

Com o advento da internet e a ascensão de um governo de viés mais popular tem se construído plataformas de acesso livre para que a voz do povo seja ouvida de forma mais ampla. Pois é função do governo criar formas de acesso e de respaldo aos anseios e participação da sociedade civil, cada vez mais é urgente essa necessidade de elucubrar plataformas de comunicação que propiciem um dialogo franco e honesto entre o povo e seus governantes.

É função do Estado propagar todas as informações necessárias de cunho político e social de forma transparente para que então o cidadão seja capaz de expressar suas opiniões, ser participativo e acima de tudo, ter sua voz ouvida. Mas também é responsabilidade de cada individuo exigir esses direitos e envolver-se ativamente nos processos de tomada de decisão.

A criação do Portal da Juventude permite pela primeira vez na história do país a participação efetiva da população jovem, lhes fornecendo informações e acesso as áreas do governo que são responsáveis por decidir o futuro da nação.

É claro que muito ainda precisa ser feito. O processo só teve início e necessita ter continuidade seja no governo atual ou em qualquer outro que venha, através de eleição ganha por votação popular, tomar o poder.

A comunicação pública é a ferramenta que possibilita esse diálogo tão importante e que ainda precisa de muito trabalho para se tornar uma realidade. Por meio do processo comunicacional é que é possível alcançar todos os meandros da sociedade e assim encorajar a participação popular.

Nesse contexto desponta a necessidade da participação da comunicação social por ter o papel primordial de construtora e organizadora entre o fazer e o teorizar e, particularmente, da profissão de relações públicas, pois apresenta um forte potencial como agente transformador do panorama vigente. Seu papel como mediadora de conflitos, seus fundamentos pautados no valor intrínseco da comunicação lhe outorgam a capacidade de criar estratégias e canais de comunicação que permitam incrementar a interação entre Estado e população.

Portanto, no futuro vindouro, os profissionais que tenham interesse nessas questões, almejem impactar a sociedade de forma benéfica e permanente, carreguem dentro de si o desejo de trabalhar em prol da sociedade podem encontrar na comunicação pública um campo fértil de ação. Então, é fundamental que os profissionais da área se instruam perante essa frente de ação e empenhem seu rico arcabouço teórico no objetivo da construção do diálogo político entre população e governo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Beto. **TV Brasil sinaliza nova etapa da comunicação pública.**
Disponível em:
<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/TV-Brasil-sinaliza-nova-etapa-da-comunicacao-publica/5/14995>>
Acessado em: 15 de agosto
- BALDISSERA, Rudimar. SÓLIO, Marlene Branca. **Relações Públicas- Processo histórico e complexidade.**
Disponível em:
<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/169/160>>
Acessado em: 18 de junho de 2015
- BARCELLOS, Ana Paula de. **Papéis do direito constitucional no fomento do controle social democrático: algumas propostas sobre o tema da informação.** RDE: Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, v.3, n.12 , p.77-105, out./dez. 2008.
- BEZERRA, Heloíza Dias. **Atores políticos, informação e democracia.** Opinião Pública, campinas, vol.14, n.2, novembro de 2008.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública.**
Disponível em:
<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>>
Acessado em: 05 de maio de 2015
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito Comunicação Pública.** In: Duarte, Jorge (Org.). Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas,2009. (p.1-33)
- Câmara dos deputados.**
Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/>>
Acessado em: 13 de junho de 2015
- CAPELINI, Taís Dias. VICENTE, Maximiliano Martin. **Relações Públicas e Cidadania: uma contribuição da comunicação em prol do social.**
Disponível em:
<<http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/Rela%C3%A7%C3%B5es%20P%C3%BAblicas%20e%20Cidadania%20-%20uma%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20em%20prol%20do%20social.pdf>>
Acessado em: 28 de abril de 2015
- CEZAR, Layon Carlos et al. **Interfaces da comunicação pública e governamental na divulgação da política nacional dos resíduos sólidos**
Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo7vol13-1.pdf>>

Acessado em: 12 de maio de 2015

DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm

Acessado em 02 de setembro de 2015

REIS, Claudio. **Democracia no contexto brasileiro.**

Disponível em:

<<http://www.ufgd.edu.br/noticias/democracia-no-contexto-brasileiro>>

Acessado em: 22 de abril de 2015

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública.**

Disponível em:

<<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>

Acessado em: 10 de maio de 2015

DUARTE, Márcia Youkiko Matshuuchi. **Comunicação e cidadania.** In: DUARTE Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. (p.95-115).

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes.**

Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/memoria/0242.pdf>>

Acessado em: 21 de junho de 2015

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999.

LIMA, Maria Conceição. **Produzindo coletivamente na web: A Tecnologia Wiki.** São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

Matos, Heloiza. **Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional – o caso AERP.** In: Moura, Cláudia Peixoto (Org.) História das Relações Públicas: Fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

MATTOS, Renata Rodrigues de. **Comunicação pública e democracia digital nos processos de participação cidadã: uma análise do Portal Brasil, sob os princípios de E-engagement.** 2014. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014

MIOTTO, Luciana B. **Comunicação e espaço público na sociedade da informação: Reflexões sobre a política contemporânea.** In: OLIVEIRA, Maria José da C. (org). Comunicação Pública. São Paulo: Alínea, 2004.

NOVELLI, A. L. C. R. . Relações Públicas Governamentais. In: Margarida M. K. Kunsch. (Org.). **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009, v. , p. 485-509.

OLIVEIRA, Ciro Jônatas de Souza. **Garantia do direito à informação no Brasil: Contribuições da Lei de Acesso à Informação**.

Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13718>

Acessado em: 30 de abril de 2015

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação pública e as estratégias de relações públicas nas alianças intersetoriais**. In: Kunsch, Margarida (Org).

Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva 2009. (p.465-484)

OLIVEIRA, Renata Alves Martins de. **Comunicação pública e governamental na prefeitura de Guaratinguetá: Um estudo sobre o relacionamento do Serviço Municipal de Comunicação com a Mídia Radiofônica Local**. 82 f. Monografia. Assessoria Gestão da Comunicação e Marketing” do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté. 2010

Disponível em:

<<http://revistas.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/1530/1075>>

Acessado em: 15 de julho de 2015

Portal da juventude.

Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/sobre-o-portal#.VV4qKPIVikr>>

Acessado em: 30 de julho de 2015

QUADROS, Taíla Lopes. **RELAÇÕES PÚBLICAS E DITADURA MILITAR: IMPLICAÇÕES E IMPRESSÕES**. 121 f. Monografia. Relações Públicas da Universidade de Caxias do Sul.2011

Disponível em:

<<http://www.frisp.it.com.br/site/wp-content/uploads/2012/05/MONO-PARA-SITE-TAILA3.pdf>>

Acessado em: 05 de junho de 2015

STUDART, Adriana. **Cidadania ativa e liberdade de informação**. In: Duarte, Jorge (Org.) Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas 2009.

TORQUATO, G. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Pioneira, Thomson, 2002.

UOL notícias.

Dosponível em:

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/16/emocionada-dilma-de-fende-protestos-e-diz-governar-para-203-milhoes.htm>

Acessado em: 16 de junho de 2015

VICENTE, Maximiliano Martin. **História da comunicação social: um campo em construção.**

Disponível em:

<<http://books.scielo.org/id/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968-03.pdf>>

Acessado em: 01 de maio de 2015